

N.º: Gp521-X
Proc.º: 30.06.07.01
Data: 12.03.2014

Assunto: Declaração Política – A política centrada na realidade arquipelágica

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;
Senhores membros do Governo;**

A política pode ser considerada a arte ou a ciência da organização, da direção ou da administração de territórios, obviamente ocupados por pessoas.

Parafraseando Aristóteles, a “obra do poeta não é narrar as coisas que aconteceram, mas aquelas que poderiam ter acontecido e são possíveis segundo verossimilhança e necessidade”. Por isso quando falar de história recente pode parecer que estou a falar de poesia contemporânea.

Comecemos por um poema cujo primeiro verso é “Desenvolvimento Harmónico”, o segundo “Ilhas de Coesão” e aí por diante, e contemos um pouco da sua história.

Coesão e harmonia são conceitos que nos Açores parecem inequivocamente ligados a uma estratégia de desenvolvimento que passaria por um sistema racional de transportes que permitiria a estruturação do território, das atividades económicas e a coesão social. Mas será isto que temos?

Em termos de governação compramos tudo em grande: aviões grandes, para fazer viagens entre ilhas pequenas; barcos de 100 metros com capacidade para 650 passageiros e 150 viaturas, o que implica a modificação de todos os portos para que estes possam acostar, e que no Inverno se prevê, possam ser “encostados”, por haver poucos passageiros e ainda menos viaturas para transportar.

Pensámos no Verão e esquecemos o Inverno. Isto é meio-pensamento, meia-realidade, duplo investimento.

Tudo isso seria aceitável se tivéssemos dinheiro para ampliar vários cais nas ilhas do Triângulo. Uma pergunta óbvia surge de imediato: Quanto é que tudo isto custa e quando será pago? E como é que essa visão em grande se aplica à nossa pequena realidade?

Sonhar não custa, pagar é que é doloroso, como por exemplo pagar o mais caro preço que se conhece no mundo civilizado, por milha voada, mesmo sendo esse um serviço público subsidiado.

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;**

No passado, a harmonia era ter três grandes cais de cruzeiros nos Açores: Um em Ponta Delgada (que custou milhões), outro na Horta (que custou algo semelhante) e ainda um outro em Angra do Heroísmo. Mais uma vez tudo em grande.

O cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo, segundo o Dr. Vasco Cordeiro então Secretário da Economia, não era *“um acto de mimetismo em relação a outros investimentos ou de qualquer tipo de compensação por esses mesmos investimentos”*, mas resultava da constatação que Angra do Heroísmo possuía características únicas para o turismo de cruzeiros, nomeadamente *“por permitir um fácil acesso à malha urbana classificada, o que se afirma como uma inegável mais-valia para a valorização e aproveitamento”* da classificação atribuída pela UNESCO.

Então Angra do Heroísmo já não era Cidade Património Mundial antes da construção dos cais de cruzeiros de Ponta Delgada e da Horta?

E porque razão não se poderia promover as potencialidades turísticas de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada ou Horta com cruzeiros temáticos, com navios de porte mais pequeno que acostavam perfeitamente ao cais da Praia da Vitória, ao de Ponta Delgada e ao da Horta?

O financiamento do cais de cruzeiros de Ponta Delgada fez-se com recurso ao endividamento bancário (30%). Quando se pagará o cais de cruzeiros de Ponta Delgada? E o da Horta?

Já sabemos que, após os estudos de carácter técnico e de impacto ambiental, entre outros, no Governo em que o Dr. Vasco Cordeiro era Secretário, o cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo apenas estava atrasado. Quanto custou essa ideia de cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo?

É que apesar desse projeto ter entrado numa fase de Alzheimer, mesmo assim custou dinheiro aos contribuintes e frustrou expectativas. Quanto custou? Ou melhor, quanto perdemos com isso?

Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;

Sonhar não custa, o que custa é a obrigação de dizer a verdade, ou então de suportar uma mentira. Segundo Alexandre Pope “*Aquele que diz uma mentira desconhece a tarefa árdua que assumiu, porque será obrigado a inventar vinte outras mentiras para sustentar a certeza da primeira*”.

Os cais de cruzeiros de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo são semelhantes à harmonia dos opostos grega (Heráclito). Esses opostos coincidem da mesma forma que o princípio e o fim: Ponta Delgada e Angra.

Voltamos ou não a uma nova teoria dos opostos com o Porto da Praia da Vitória e com o seu Hub, que tem que ser acelerado?

Na Praia da Vitória o Governo Regional apostou nuns estaleiros, construíram-se as infraestruturas, deixou-se que as cabras e cavalos por lá pastassem. E quase tudo a ressalga levou. Quanto custou esse investimento? Para que serviu?

Na teoria dos opostos, na Praia, estamos a começar pelo fim, será que chegaremos ao princípio, que é a verdadeira rentabilização das infra-estruturas da Região? Quem paga uma ideia que mal acaba de ser executada e é abandonada?

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;**

Falta estratégia no desenvolvimento harmónico. Todos perdemos, logo, todos pagamos os investimentos mal planeados e mal conduzidos.

De acordo com o Sr. Presidente do Governo Regional, para justificar a evaporação do cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo, será feito um "*investimento menor*" no Porto das Pipas, que permitirá reforçar a infraestrutura, "*quer no âmbito do transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, quer ao nível do papel que ele pode ter na atratividade de cruzeiros temáticos*". Esta última visão é mais realista e até já deveria ter sido implementada.

De acordo com o Presidente do Governo Regional, o Hub da Praia da Vitória "*É um projeto interessante, que exige muito trabalho e que exige mais rapidez na sua abordagem...*". Rapidez de quem? Afinal decisões desta natureza cabem aos empresários, ou ao Governo Regional?

É claro e evidente que os Terceirenses têm culpas nessas indecisões governamentais, mas não só.

No fundo, os culpados são todos os Açorianos que, já há muito tempo, deveriam ter dado corda aos sapatos se queriam um desenvolvimento verdadeiramente harmónico.

Na lógica de desenvolvimento harmónico e teoria da coesão, parece que há ilhas que passam a vida a reivindicar. Apenas parece, porque logo saltam epítetos de bairristas quando se pretende que algo funcione.

Por exemplo, foram os Terceirenses que reivindicaram para a Terceira um bunker para a radioterapia que custou milhões de euros?

Foram todos os outros Açorianos que reivindicaram para São Miguel a radioterapia?

Quem decidiu a sua construção na Terceira foi o Governo Regional, quem decidiu a nova localização da radioterapia nos Açores também foi o Governo Regional.

É que parece que há uns que tem que dar corda aos sapatos para que haja investimento e outros nasceram com a corda dada.

Planear é o oposto de decidir quando já foram feitos investimentos. Espero que o destino da radioterapia em São Miguel não seja um mimetismo da radioterapia na Terceira, porque se o for, nada contribui para o desenvolvimento regional, apenas para mais um prejuízo.

Certamente foi por mimetismo que se pretendeu construir uma maternidade na ilha do Pico, que, em seguida, passou a sala de partos e que terminou com a extinção dessa sala, e em catadupa, quase que terminava com a maternidade da Horta e a maternidade de Angra do Heroísmo. Isto porquê?

Porque se antes se vendiam sonhos, hoje vendem-se ilusões, quase todas elas fora de prazo, por culpa do contexto económico, mas nunca por falta de planeamento.

É preciso planear privilegiando as proximidades mais óbvias entre ilhas e as vocações mais óbvias de cada ilha, de modo a que cada cêntimo gasto, venha ele de onde vier, sirva os Açores e os Açorianos.

**Senhora Presidente;
Senhoras e Senhores Deputados;**

Para um verdadeiro desenvolvimento harmónico dos Açores, é preciso verdade, uma ideia política que conduza a uma teoria da realidade e não apenas dividir e subdividir dinheiros e investimentos à escala humana ou do território, cujos critérios raramente equacionam o benefício do todo, mas apenas os benefícios de algumas partes e mimetismos inconcebíveis associados a rebates de consciência.

O Deputado Regional

Félix Rodrigues